

O processo de desalienação na escola

Maria Rosa Alfredo Marques*

Ana Maria Lombardi Daibem*

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.

RESUMO:

O presente artigo trata de conteúdos afins à Prática de Ensino de Psicologia nas escolas públicas, elaborados a partir do relato de um projeto de pesquisa educacional que teve em vista a melhoria das condições sociais de aprendizagem. A pesquisa fundamentou-se no Materialismo Histórico Dialético e visou a analisar criticamente as ideologias que determinam a relação entre professores e alunos.

O principal objetivo do artigo é desenvolver nos leitores a consciência crítica sobre o sistema social, apontando para a importância da desalienação na escola. Pretende mostrar que as condições concretas do ensino público podem contribuir para manter a realidade ou para transformá-la através da democratização do saber e sua conseqüente influência no desenvolvimento da sociedade.

As conclusões deste trabalho estão fundamentadas na perspectiva Existencial Humanista de forma a evitar uma prática crítico-reprodutivista, pois, nessa abordagem, à medida que o indivíduo desenvolve a consciência crítica, ele se torna capaz de escolher seu projeto de vida e de se responsabilizar pelo seu papel histórico no sentido de promover melhores condições de existência pelas suas ações concretas no mundo.

Unitermos: Ensino de Psicologia; consciência crítica; desalienação na escola; sujeito histórico; transformação social.

INTRODUÇÃO

Desenvolvemos, em 1995, um projeto de pesquisa denominado "O Papel do Professor e dos Alunos no Processo de Desalienação na Escola", cuja idéia partiu da nossa experiência de estágio na disciplina Práti-

*Departamento de Educação/Faculdade de Ciências/UNESP - Campus de Bauru - Av. Eng.º Luiz Edmundo Carrijo Coube, s/nº. - 17033-360 - Bauru - SP.

ca de Ensino quando, no primeiro semestre do referido ano, pudemos observar como eram ministradas as aulas de Psicologia para turmas que cursavam o 2º colegial do período noturno de uma escola pública.

O projeto de pesquisa realizado pretendeu verificar se os alunos estavam compreendendo, de fato, temas complexos que envolvem conceitos como ideologia e alienação. Tais temas compreendem as questões da formação de identidade, do processo de massificação, da gênese e formação de preconceitos e estereótipos e da normalidade, encontradas na primeira unidade da proposta curricular para o ensino de Psicologia, denominada "Condutas Emergentes do Processo de Interação Social" (São Paulo, 1992, p. 43). A análise crítica desses conteúdos se faz necessária a fim de contribuir para a "formação integral do aluno, preparando-o para o exercício de uma cidadania consciente e participativa" (*Ibid.*, p. 13). Esses conteúdos contribuem, até mesmo, para compensar a deficiência do ensino em outras áreas do conhecimento, cuja aprendizagem ocorre, provavelmente, sem uma reflexão crítica.

Partindo do princípio de que o sistema de ensino público, além de garantir o acesso e a permanência das crianças na escola, deverá socializar o saber historicamente acumulado, através da relação professor-aluno, com este último tendo condições de formular uma concepção crítica da realidade, nos propusemos, através do referido projeto de pesquisa, analisar se os alunos reconheceriam os principais pontos do Materialismo Histórico Dialético, teoria que embasa a discussão dos conteúdos acima citados. Este estudo nos possibilitaria refletir criticamente os resultados junto a professores de Psicologia do 2º grau em parceria com um grupo de pesquisa da Unesp, câmpus de Bauru, que tem recebido o apoio das Delegacias de Ensino de Bauru, Lençóis Paulista, Jaú e Lins para os trabalhos que desenvolve.

Considerando que os temas da proposta curricular possibilitam uma reflexão sobre a relação dialética existente entre educação e sociedade, é importante que os professores relacionem a crise social com a crise da educação. Esta atinge tanto as crianças e adolescentes que estão fora, como as que estão dentro da escola pública. Por isso, a democratização educacional depende da democratização quantitativa e qualitativa do ensino. A preocupação de governos anteriores em construir mais escolas e salas-de-aula não teve a repercussão desejada, pois não foi acompanhada de uma política de qualificação e valorização dos docentes. É fato que a maioria dos professores está insatisfeita com seu salário e condições de trabalho e essa insatisfação se reflete na prática, prejudicando a relação com os alunos. Contudo, entendemos que o professor, consciente de seu papel, deve atuar de forma competente e responsável, a fim de não prejudicar os indivíduos que já se encontram vinculados ao sistema educacional. É em sala-de-aula que o professor promove a democratização qualitativa do ensino e é através de uma prática transformadora, embasada numa concepção crítica da realidade, que ele terá seu trabalho reconhecido e o apoio da sociedade para lutar pelos seus direitos. Do contrá-

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.

rio, a escola continuará sendo sempre um instrumento ideológico do Estado, reproduzindo o *status quo*.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS BÁSICAS PARA A ELABORAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO QUESTIONÁRIO - OBJETO DE ANÁLISE

Trataremos, aqui, do embasamento teórico que fundamentou a elaboração do questionário - instrumento utilizado para estarmos pesquisando se os alunos reconheciam os principais pontos do Materialismo Histórico Dialético, teoria que embasa as discussões da unidade um da Proposta Curricular de Psicologia. Essa teoria se contrapõe à corrente de pensamento Liberal Positivista, que consideramos a maior responsável pela situação crítica de nossa sociedade, porque:

- como produto da superestrutura - segmentos socioculturais e jurídico-políticos, conforme Monteiro *apud* Lane & Sawaia (1995, p. 27) - o liberalismo influi diretamente sobre o subjetivo individual ao criar mecanismos ideológicos e alienantes de dominação;
- considera a sociedade regida por leis da natureza - "*naturalismo positivista*" (Silva, 1992, p. 53) - utilizando um mesmo método para se estudar as ciências naturais e sociais;
- postula uma "*ciência axiologicamente neutra*" (*Ibid.*), negando o condicionamento histórico-social do conhecimento e a relação entre conhecimento e classes sociais.

Concordamos com Monteiro *apud* Lane & Sawaia (1995, p. 31) que o Marxismo, hoje, assume uma faceta voltada para a problemática do campo político e ideológico, deslocando-se, assim, do estudo do conflito puramente econômico, para o estudo da subjetividade e da consciência. Por isso, achamos importante explicar, brevemente, nossa maneira de enxergar a ideologia dominante, a alienação e a construção de identidade, pois são fenômenos que têm um papel ativo na construção da subjetividade dos indivíduos.

Em relação à ideologia liberal, que prevalece em nossa sociedade e nos meios educacionais, precisamos saber que ela justifica os problemas educacionais, que são de natureza política e social, pelo fracasso individual, culpabilizando os alunos e rotulando-os de incapazes.

Uma sociedade com "condições democráticas de igualdade e liberdade conforme Marx a concebeu" Monteiro *apud* Lane & Sawaia (1995, p. 32), não será viável enquanto continuar sendo afirmado que a causa do fracasso educacional e o insucesso de grande parcela da população em se inserir no mundo produtivo é a incompetência individual, sendo conseqüentemente desviada a análise das circunstâncias afins ao condicionamento histórico-social e ideológico.

A alienação se caracteriza pela dissociação que os indivíduos fazem dos processos que envolvem sua própria existência. Segundo Codo (1986, p. 21-31), ela se concretiza como alienação no trabalho, no con-

sumo e no lazer, como um fazer desvinculado da reflexão sobre a produção e influenciado pelo processo de massificação através de propagandas ideológicas. O ato de conhecer reduzido a um exercício de fixação da memória, citado por Ragonezi (1993, p. 4), pode ser um tipo de alienação, pois ele também significa uma ação irrefletida, meramente mecânica. Em suma, a alienação faz com que os indivíduos tenham uma postura passiva diante das diferenças e desigualdades sociais, aceitando-as como leis naturais.

A identidade, por sua vez, se constrói no decorrer da história de vida de cada um pela linguagem, pelo pensamento e pelas ações, que são produtos das relações sociais, citados por Leontiev e Vygotsky e responsáveis pelo “desenvolvimento da consciência de si e social do indivíduo” (Lane & Codo, 1986, p. 33). Para que os indivíduos desenvolvam a consciência de forma a se tornarem verdadeiros cidadãos, é necessário que a educação seja posta como transformadora de consciências e não como um meio de adaptação passiva dos indivíduos à sociedade. É através da consciência crítica, como afirma Basbaum (1981, p. 97), que se torna possível a defesa contra as pressões alienantes do meio, para a preservação da própria personalidade.

Entendemos que a consciência crítica leva o indivíduo a tentar superar, ou transcender os limites objetivos impostos pelo modo de produção vigente. Portanto, uma transformação social depende, primeiramente, da transformação dos ideais dos indivíduos. Defendemos assim, que o mundo subjetivo, das idéias, dos sentimentos, pode se concretizar através das ações, das existências concretas dos seres humanos no mundo. Referimo-nos, aqui, a um movimento dialético da realidade e a uma perspectiva Existencial Humanista, que não fez parte do referencial teórico pesquisado, mas que se relaciona com este e será discutido, posteriormente, nas conclusões.

DADOS DA PESQUISA REALIZADA

A pesquisa foi aplicada na cidade de Bauru, em duas classes do 2º Colegial do período noturno, de duas escolas públicas, atingindo 29 e 27 alunos.

Foi elaborada em forma de questionário fechado, contendo as seguintes categorias teóricas:

- 1) Construção da Identidade
- 2) Trabalho Alienado
- 3) Escolha da Profissão: (formação de identidade)
- 4) Alienação: (classes sociais)
- 5) Alienação no Consumo
- 6) Processo de Massificação
- 7) Preconceitos/Estereótipos: (a mulher no trabalho)
- 8) Preconceitos/Estereótipos: (minorias)

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.

9) A Questão da Normalidade no Contexto Escolar

10) A Questão da Normalidade no Amplo Contexto Social

A opção pelo questionário fechado se deu pelo fato de podermos verificar se os alunos reconheceriam a alternativa que mais se aproximasse dos pressupostos teóricos do Materialismo Histórico Dialético. Dessa forma, as categorias teóricas de análise foram dadas por nós, ficando, aos discentes, o trabalho de analisá-las à luz dos seus próprios pensamentos, a fim de escolherem as que mais lhes conviessem. Além da verificação das categorias teóricas junto aos alunos, nossa intenção foi a de estarmos construindo um texto que atendesse aos interesses dos professores de Psicologia, como forma de eles poderem aprofundar seus conhecimentos acerca do referencial teórico adotado em sala-de-aula. Não tivemos a preocupação em criar condições, através da pesquisa, para que os alunos construíssem o próprio conhecimento, desde que pressupúnhamos que tal oportunidade já havia sido dada em sala de aula, pois, os conteúdos referentes à unidade um da Proposta de Psicologia já haviam sido estudados.

Realizamos também uma análise quantitativa, com o objetivo de sabermos a porcentagem das respostas dos alunos em cada alternativa, como forma de montarmos uma espécie de diagnóstico das escolhas dos estudantes, em cada situação levantada, de forma a podermos trocar esse tipo de informação com os professores. Esse procedimento é baseado numa perspectiva positivista, mas não nega o pressuposto teórico defendido. O fato de nos apropriarmos de um instrumento de pesquisa nesses modos (questionário fechado) e de uma técnica, também positivista, (análise quantitativa), não invalida a pesquisa, já que os dados coletados, numericamente, também foram submetidos a uma análise teórica, ou seja, qualitativa, a qual se constituiu no nosso principal objetivo. Dessa maneira, os dados a partir do questionário expressam a forma de pensar, dos pesquisados, embasada, tanto em pressupostos liberais, quanto em pressupostos de teorias histórico-críticas. Assim, a pesquisa tornou-se um meio pelo qual, futuramente, podemos esclarecer, discutir, debater, tanto com alunos, como com os professores de Psicologia, as questões pertinentes aos conteúdos estudados, que, de alguma forma, se relacionam com a teoria Marxista.

Com as professoras, realizamos uma entrevista semi-dirigida, com o objetivo de analisar a Prática de Ensino de cada uma, através de perguntas abertas sobre os procedimentos, recursos, avaliação de ensino, adotados em sala-de-aula, bem como a participação dos alunos. Os conteúdos das entrevistas serão explicitados e discutidos posteriormente.

Interpretação dos dados da Pesquisa

Primeiramente, temos de esclarecer que, cada classe pesquisada, será chamada de amostra. A amostra 1 (am. 1) tem, como professora, uma pedagoga, cujo trabalho pudemos acompanhar durante o primeiro semestre

do ano letivo, durante o estágio na disciplina Prática de Ensino I. Com a amostra 2 (am. 2), regida por uma psicóloga, entramos em contato, somente, no segundo semestre (Prática de Ensino II), a fim de aplicarmos o questionário.

Na questão sobre identidade, a alternativa afirmando que esta se constrói de acordo com as condições históricas, sócio-culturais e materiais é a que mais se aproxima de uma leitura histórico-crítica - (am. 1 - 72% / am. 2 - 42%). Isto, porque a identidade, de acordo com o pressuposto teórico defendido, não é uma essência, pré-determinada, esperando um momento histórico propício para se revelar, como pensam algumas correntes liberais que defendem a transmissão de características psicológicas como sendo determinadas, geneticamente. A identidade se constrói, se faz, na própria história. A alternativa que afirma a identidade como essência, recebeu, de acordo com a ordem da citação anterior, 22% e 23% das respostas. A identidade também não se define na adolescência, considerando que ela está em constante construção, e, conseqüentemente, em transformação - (03% e 23% das respostas concordam com a definição da identidade durante a adolescência). E, finalmente, a alienação dos indivíduos não é superada ao definirem a própria identidade, pois, a primeira se relaciona com a segunda, mas não depende desta para ser superada, já que muitos assumem uma identidade alienada em relação a si mesmos e ao meio em que vivem - (03% e 12% das respostas estão de acordo com a superação da alienação através da definição da identidade).

A questão sobre se o trabalho dignifica o homem, foi uma das mais complexas, pois, era esperado que os alunos, através da exclusão das outras alternativas, identificassem o trabalho alienado (sendo que a palavra “alienado” não foi utilizada na formulação da questão), o qual não dignifica o homem porque este o aliena de si e do meio em que vive - a alternativa correspondente a esta reflexão teve 10% e 28% das respostas. A alternativa que afirma ser o trabalho, dignificante, pois é fundamental que o homem tenha um trabalho - 22% e 20% das respostas - pressupõe que, se um homem não tem trabalho, ele não é nada, ou seja, se não há espaço para ele no mercado, deverá se submeter a qualquer atividade, independentemente dos possíveis riscos à saúde, ou dos altos níveis de exploração que podem colocá-lo em condições de escravo, sem contestar, já que há milhares iguais a ele, ou em piores condições, esperando para substituí-lo. Outra alternativa que coloca a dignificação do homem pelo trabalho, pois o primeiro sempre se realiza através do segundo - 34% e 24% das respostas - indica uma postura um tanto ingênua, desde que, nem sempre alcançamos a realização ou estamos plenamente satisfeitos com a atividade profissional, o importante é estarmos sempre buscando essa realização. A alternativa que coloca a impossibilidade de o trabalho dignificar o homem, pois este se reduz a uma mercadoria, sem ter a possibilidade de se tornar sujeito do seu trabalho - 34% e 28% das respostas - indica um grande pessimismo e uma atitude passiva, refletindo um

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.

pensamento crítico, mas que reproduz a situação atual, sem expectativas de mudanças.

A questão sobre a liberdade de escolha da profissão - se há ou não - 68% e 58% dos alunos responderam que não, pois as condições sociais, históricas e materiais exercem um limite em relação à liberdade de escolha, e, de fato, não se pode escolher, de repente, ser um pianista famoso se o indivíduo não estudou piano desde a infância. Nenhuma das duas amostras assinalou a alternativa que há liberdade, pois todos têm oportunidades iguais. A afirmativa de que não há liberdade, pois esta depende da capacidade individual teve 04% das respostas por ambas as amostras. A segunda resposta mais freqüente - 28% e 38% - foi a alternativa que afirma haver liberdade de escolha, pois, basta se esforçar para qualquer pessoa conseguir o que deseja. Tal afirmativa está permeada pela ideologia liberal, pois justifica, implicitamente, um possível fracasso pessoal, pela incapacidade individual, além de ser oposta à alternativa que coloca a liberdade de escolha sendo limitada pelas condições sócio-históricas.

De acordo com o pressuposto teórico defendido, a existência de pobres e ricos em nossa sociedade se deve à exploração de alguns homens sobre outros homens. Tal afirmativa teve 41% e 50% das respostas. A desigualdade de oportunidades foi a alternativa escolhida por 49% e 38% dos pesquisados. Esta última, ao invés de apontar a causa do problema, aponta a consequência, o que nos evidencia a influência da ideologia liberal, que inverte o processo de julgamento sobre as classes sociais, fazendo com que os alunos tenham uma visão parcial da totalidade do processo de alienação. Portanto, pela ótica do Materialismo Histórico Dialético, a desigualdade de oportunidades é uma consequência da existência de pobres e ricos e não sua causa. As outras alternativas desta questão também refletem o modo de pensar do liberalismo, explicando a existência de diferentes classes sociais pela diferença das capacidades individuais - 0% e 04% das respostas - e pela necessidade natural de existir uma classe para produzir e outra que possui os meios de produção - 10% e 08% das respostas. Como sabemos, nossa sociedade é organizada pela divisão de classes sociais com interesses contraditórios; a relação estabelecida entre dominantes e dominados é mantida pela ideologia dominante, presente nos veículos de comunicação de massa e inclusive nas escolas (Basbaum, 1981, p. 21).

Quanto à alienação no consumo, foi questionado o que se deve levar em conta ao comprar um produto: o preço, a utilidade e a qualidade - 93% e 76% - que reflete uma consciência crítica no ato de consumir, ou a marca, a propaganda e a qualidade - 07% e 24% - que reflete, muito mais, a influência dos meios de comunicação do que a própria utilidade do produto.

Quanto ao processo de massificação, foi questionado ainda sobre os hábitos de consumo e lazer, se os jovens: são facilmente influenciáveis pelos meios de comunicação - 93% e 81% das respostas - alternativa que

reflete a realidade social em que vivemos, e o contrário: não são facilmente influenciáveis - 0% e 08% . Foi colocada, também, a opção de escolher nenhuma das alternativas, ou seja, eles poderiam pensar diferentemente das duas anteriormente citadas, a qual teve 07% e 11% das respostas.

Sobre a discriminação da mulher no trabalho, foi levantada a questão se os homens devem receber salários mais altos que os delas. A alternativa de que não, pois a mulher deve ter os mesmos direitos que o homem, no trabalho, recebeu 100% e 80% das respostas. Isto mostra que a consciência sobre os papéis da mulher, na sociedade, estão, cada vez mais, se modificando, tanto em decorrência dos movimentos feministas, como pelas necessidades da estrutura produtiva, que abrem possibilidades de atuação da mulher no mercado, desfazendo aquela imagem estereotipada que a restringiu, durante longa data, apenas ao seu papel de mãe e dona de casa. A alternativa que afirma que as mulheres devem receber menor salário, pois são menos capazes que os homens teve 20% das respostas por parte da amostra 2, o que significa que o preconceito, mesmo com as mudanças estruturais da sociedade, ainda persiste. As afirmações de que o homem deve receber mais, pois ele sustenta a casa e de que não deve receber mais do que a mulher, pois elas que merecem receber mais do que eles, não foram assinaladas, por nenhuma das amostras.

Quanto ao preconceito em relação às minorias, foi colocada a questão da discriminação aos homossexuais. A alternativa que se refere à possibilidade de eles ajudarem na luta contra os preconceitos que essas pessoas sofrem indevidamente, teve 89% e 61% das respostas. A afirmação de que não ajudariam, pois os preconceitos não são infundados, teve 11% e 39% das respostas. É preciso saber que os conflitos quanto ao papel sexual são frutos de condições psicossociais específicas, e, quem não os supera, tem os mesmos direitos de qualquer ser humano.

Na questão nove, foi levantado o porquê dos índices de repetência e de abandono que ocorrem nas escolas públicas. A afirmação de que isto ocorre porque os alunos têm dificuldades em aprender, que reflete, novamente, a ideologia dominante de tentar culpar os indivíduos, pelo fracasso, e deixar ileso a estrutura social perniciosa, teve 88% e 48% das respostas. A alternativa que se refere à culpa da própria escola em não oferecer condições adequadas de ensino recebeu 12% e 48% das respostas. Não há só um único fator que determina o fracasso escolar, contudo, a segunda alternativa reflete uma consciência crítica em relação ao papel do Estado para com seus cidadãos. O problema de estarmos, constantemente, culpando os indivíduos, pelo fracasso, tem levado, muitas crianças, com capacidade normal de aprender, a situações extremas, além dos casos de abandono e repetência, como o encaminhamento delas, a classes especiais, por serem consideradas incapazes ou por se comportarem de forma indisciplinada.

A última questão se refere à normalidade no amplo contexto social e questiona a causa de uma pessoa vir a ser marginal. A primeira alternativa - porque “não tem vergonha na cara” - teve 15% e 27% das respostas.

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.

tas. De novo, nos deparamos com a culpabilidade individual e, também, que esse fato não se relaciona com as condições concretas de existência, mas que se manifesta como algo herdado. A segunda afirmação - devido a condições precárias de existência - recebeu 85% e 73% das respostas. Tal alternativa considera a influência das condições sócio-históricas sobre o agir dos indivíduos no mundo.

Entrevista com as Professoras

Aqui, analisaremos a prática de ensino das professoras, começando pela pedagoga da amostra 1, cujos procedimentos foram: aulas expositivas-dialogadas, exposição e análise de filmes e pesquisas - entrevistas e elaboração de textos pelos alunos. Quanto aos recursos, ela se utilizou de textos da proposta curricular (coletânea de textos de Psicologia) e de livros de Filosofia. Citou, também, o filme “De Volta para o Futuro”, com o qual trabalhou a questão da identidade. A avaliação se deu através de provas dissertativas e construção de textos a partir de trabalhos de pesquisa. Observou, ainda, que a participação dos alunos foi ativa, pois eles traziam questões para serem discutidas em aula. Segundo ela, a aprendizagem foi baseada no conhecimento do próprio aluno.

Em se tratando dessa professora, pudemos acompanhar o seu trabalho durante o estágio de Prática de Ensino I. Pudemos observar que as aulas na classe pesquisada eram dinâmicas, com participação ativa dos alunos. Observamos, ainda, que o conceito sobre o trabalho alienado foi explorado de maneira superficial, sem muito aprofundamento. A professora explicou o trabalho alienado, dando exemplo do contrato de trabalho, que não é discutido entre patrão e empregado, mas, sim, imposto. Esta é, sem dúvida, uma boa forma de se iniciar a discussão sobre esse tema, pois ela adequou o conteúdo à experiência de vida dos alunos, colhendo o depoimento daqueles que estudam à noite e trabalham de dia. Contudo, essa discussão não acaba nesse ponto. O tema poderia ser direcionado de forma a ser explicado aos alunos, porque não é possível nem necessário ao empregador, que esse contrato seja discutido, considerando o sistema econômico em que estamos inseridos (capitalismo), o qual traz consigo conflitos e contradições sociais, como a reserva do exército de mão-de-obra, o homem como mercadoria, a mais-valia etc. O questionário, aplicado nos alunos, pode contribuir no sentido de acirrar as discussões em torno de um tema, como no caso da questão 2, para exemplificarmos os comentários acima. Analisando cada alternativa, é possível explorar o tema sobre o trabalho alienado, sob diversos pontos de vista, até que a escolha da alternativa seja a mais próxima da convicção própria de cada indivíduo. Ao fazer esse exercício de reflexão, cada escolha pressupõe uma explicação, que pode estar sendo discutida, seja com os alunos, seja com o professor. Com este último, é possível explorar, também, a explicação que ele dá sobre os resultados das porcentagens das respostas - estes estão ou não de acordo com o que foi trabalhado em sala de aula? Por quê?

A professora da amostra 2 também teve, como procedimentos, exposições dialogadas dos conteúdos e exposições de filmes. Contudo, diferenciou-se da primeira por estabelecer leituras de textos para interpretação e por desenvolver dinâmicas de grupo: abrigo subterrâneo e técnicas de psicodrama. Quanto aos recursos, ela nos passou os nomes dos textos selecionados: “Metrópoles que Inibem a Vida Social”, “Consciência e Irracionalidade”, “Trabalho de Criação e Trabalho de Tortura”, “experimento com a família Kalikali”. Além dos textos, ela se utilizou de recortes publicitários e figuras da Gestalt (imagem humana), para analisar o que a pessoa é e o que ela aparenta. Citou, ainda, os nomes dos filmes com os quais trabalhou: “É” e “Miau”, selecionados pela Secretaria de Educação do Estado, e, “Muito Além do Jardim”, para explorar, junto aos alunos, a influência da mídia. A avaliação foi baseada em prova escrita e trabalhos escritos, de interpretação dos textos.

Quanto à participação dos alunos, a professora afirmou que tem sempre uma meia dúzia que participa mais. Segundo ela, os alunos acham que, para ter aula, tem que ter matéria na lousa.

Não pudemos acompanhar o trabalho dessa professora durante as aulas porque o nosso estágio não se estendeu até a escola na qual ela leciona. Dá para notar que os nomes dos textos selecionados são relevantes para se trabalhar os conteúdos, que, por hora, temos discutido.

As entrevistas mostraram que as diferentes práticas de ensino refletem a formação acadêmica de cada professor, sobre a qual consideramos que não é necessário partir dos mesmos meios para chegar a determinados fins; cada professor tem liberdade para escolher, de acordo com suas próprias características, a melhor forma de ensinar. Na verdade, nossa intenção não foi a de fazer uma comparação da duas professoras em termos de desempenho, mas, colher material para ampliarmos nossos conhecimentos acerca das aulas de Psicologia, em escolas de periferia, por coincidência, muito semelhantes, em termos de estrutura física, atendimento ao público, características econômicas da demanda etc.

CONCLUSÕES

Notamos altas porcentagens de respostas dos alunos, que se aproximaram do pressuposto teórico que nós defendemos, concernentes às questões sobre alienação no consumo, processo de massificação, preconceitos e estereótipos em relação à mulher e à questão da normalidade no amplo contexto social. Questões que dependeram de um aprofundamento teórico para que a alternativa com explicações fundamentadas numa concepção histórico-crítica fosse escolhida, apresentaram uma certa heterogeneidade nas escolhas, como, por exemplo, aquela sobre alienação no trabalho. Percebemos, também, que a questão referente à alienação em relação às classes sociais, apresentou quase que metade das respostas, concordando com a visão de mundo defendida por nós, e, a outra

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.

parte das respostas concentrou-se em uma explicação de cunho liberal, que contradizia a escolha adotada por nós. É interessante, também, analisarmos as alternativas que não foram assinaladas, ou que tiveram pequenas porcentagens de respostas, pois, estas, apresentaram uma homogeneidade quanto a não aceitação, pelos alunos, de certas afirmações.

Entendemos que este texto, construído a partir da pesquisa, não tem a pretensão de esgotar o assunto sobre a desalienação na escola, mesmo porque os procedimentos da pesquisa não foram rigorosos a este ponto, já que as condições objetivas de trabalho de uma das professoras não foram objeto de observação. Pretendemos sim, provocar questionamentos de forma a estarmos colaborando para futuras investigações acerca do tema, de modo que haja um interesse sobre o aprofundamento das questões teóricas levantadas.

Quisemos realizar uma pesquisa, cuja análise incentivasse o debate quanto aos conteúdos das aulas de Psicologia, especificamente, aqueles que se baseiam nos pressupostos teóricos do Materialismo Histórico Dialético. Criamos um instrumento de pesquisa, que proporcionou, tanto uma análise quantitativa, quanto qualitativa, com o principal objetivo de criarmos um texto, dirigido aos professores interessados, como um retorno a eles sobre o que foi feito com os dados coletados e que contribuisse para o aprofundamento de questões teóricas. Os conteúdos contidos na unidade um, da Proposta Curricular para o Ensino de Psicologia no 2º grau, são complicados, extensos e dependem da participação dos alunos para que sejam desenvolvidos. Essa participação pode resultar tanto de uma estratégia exploratória, no caso das pesquisas, quanto cooperativa, através das dinâmicas de grupo, e, também através de aulas expositivo-dialogadas, que, se não forem suficientes, o professor pode ainda, organizar discussões e debates, além de uma infinidade de outros procedimentos. É importante que o docente esteja sempre se avaliando através da própria experiência, a fim de conseguir adequação entre métodos, conteúdos e população-alvo.

É a concepção de homem e de mundo de cada professor que determina a sua prática de ensino, a qual influenciará, por sua vez, as visões dos alunos. Tanto a Psicologia como a Pedagogia são fontes de conhecimento que todos os educadores devem considerar a fim de escolher os conteúdos e a metodologia a ser trabalhada em aula, de forma a desenvolver os pontos essenciais das teorias estudadas.

Sugerimos, também, que os professores com dificuldade em ministrar a disciplina tenham, à disposição, cursos de orientação sobre o referencial teórico dos conteúdos. Sem esquecer, evidentemente, que isto significa um primeiro passo para o aprimoramento da formação dos docentes, já que este deve iniciar-se pela reestruturação dos cursos de Licenciatura.

A escola ou, mais propriamente, a sala-de-aula, é um local que reflete a sociedade com suas relações de poder entre os que dominam e os que são dominados, entre os alunos que aprendem e os que são, supostamente, incapazes de aprender, professores que não se atualizam, não se

desenvolvem como profissionais, enfim, a sociedade está em crise e, conseqüentemente, o sistema educacional. Ao invés de assumirem uma postura transformadora, as escolas reproduzem a crise através de uma prática alienante, descaracterizando o papel da educação e o objetivo das ciências e da filosofia em contribuir para o bem comum.

Para modificarmos essa realidade, o professor de Psicologia do 2º grau deve entender que seus alunos, ao tomarem conhecimento da estrutura social e dos mecanismos ideológicos e alienantes da sociedade, podem entrar em conflito consigo mesmos e com a realidade que os cerca. Isto significa dizer que os temas abordados pela pesquisa atingem o mundo subjetivo dos indivíduos, fazendo-os refletir, de acordo com os novos conhecimentos adquiridos, sobre si mesmos e sobre o próprio mundo. Este tipo de reflexão pode determinar o surgimento do conflito existencial.

A crise existencial manifesta-se quando o indivíduo começa a questionar-se sobre si mesmo, sobre sua existência no mundo. A dimensão mundana materialista dá ao indivíduo a idéia de que a História faz o Homem (Sartre, 1967, p. 72), ou seja, o homem é produto das suas condições concretas. Mas nós estamos nos reportando, através deste trabalho, ao Materialismo Histórico Dialético, e, por isso, ao mesmo tempo em que o homem é produto, ele é um agente histórico, mesmo sem ter consciência disto.

Queremos dizer, aqui, que o determinismo sócio-histórico existe e que deve ser considerado; contudo, ele não se esgota em si mesmo. O homem que se conscientiza de seu papel histórico é capaz de realizar o movimento de objetivação do seu subjetivo. O subjetivo, sem dúvida, é construído pelas representações do mundo objetivo, as quais são carregadas de ideologias e, portanto, são representações alienadas da realidade concreta. Ao tomar conhecimento do mundo, como realmente é, o indivíduo se reporta ao seu "*Dasein*" (Penha, 1983, p. 41), à sua existência cotidiana. Essa reflexão sobre o seu ser aí, no mundo, faz o homem sentir-se responsável pela sua existência.

Segundo Penha (*Ibid.*, p. 64), nos dizeres de Sartre, o homem se cria, é um projeto que só existe na medida em que se objetiva através de seus atos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o homem nasce em um meio com determinadas condições históricas, sociais, econômicas e ideológicas concretas, ele também é liberdade. Liberdade esta, de fazer escolhas para superar os limites impostos à sua existência e de se responsabilizar por elas. Conforme o existencialista citado, a todos os homens:

"... é sempre necessário estar no mundo, trabalhar, conviver com os outros e ser mortal. Tais limites não são nem objetivos, nem subjetivos; ou, mais exatamente, têm uma face objetiva e uma face subjetiva. São objetivos na medida em que podem ser encontrados em qualquer lugar e são sempre reconhecíveis; são subjeti-

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.

vos porque são vividos e nada são se o homem os não viver, ou seja, se o homem não se determinar livremente na sua existência em relação a eles. E, embora os projetos humanos possam ser diferentes, pelo menos nenhum deles permanece inteiramente obscuro para mim, pois todos eles não passam de tentativas de transpor esses limites, ou para afastá-los, ou para negá-los, ou para se adaptar a eles. Conseqüentemente, qualquer projeto, por mais individual que seja, tem um valor universal" (Sartre, 1987, p. 16).

As escolhas ou as possibilidades do homem para transpor os limites impostos pela existência, citados por Sartre, são, por sua vez, limitadas por condições objetivas. Mas estas não impedem o homem de agir, até mesmo o impelem à ação. Dessa forma, para se responsabilizar por suas escolhas, por suas ações, o homem tem de estar cômico de que ele próprio produz seu mundo objetivo, sendo capaz de reconhecer-se nele, e, dessa forma, ao mesmo tempo em que modifica o mundo à sua volta, ele se transforma.

Os questionamentos levantados sobre o ser aí, sobre o mundo individual possível e o mundo real, marcam um conflito que pode culminar na crise existencial. Acreditamos que na nossa sociedade ela pode ser desencadeada quando o indivíduo entra em contato com a visão de mundo materialista e passa a questionar-se sobre sua responsabilidade no processo histórico. Contudo, outros fatores podem estar colaborando para o estabelecimento desses questionamentos.

Pelo fato de os conhecimentos das áreas de humanas, exatas e biológicas serem transmitidos aos alunos sem qualquer exercício de reflexão que os relacionem com a vida cotidiana, ocorre uma ruptura quando este exercício é feito nas aulas de Psicologia. Como afirma Ragonezi (1993, p. 6) "é fundamental a efetivação de um processo de continuidade (com os conhecimentos que o aluno já tem) e de ruptura (com a realidade e o senso comum em direção à consciência filosófica do mundo)". Estes processos deveriam acontecer no decorrer dos primeiros anos escolares e acompanhar toda a formação dos alunos no que se refere à aquisição de novos conhecimentos. Como isso dificilmente ocorre, a disciplina Psicologia encontra-se deslocada de todo o processo de ensino, acarretando uma grande ruptura com todo o saber já adquirido. Para que essa ruptura seja superada, é preciso que haja o processo de continuidade a fim de que todo esse novo saber faça sentido para a vida individual e coletiva dos alunos. O não acompanhamento desses processos no desenvolvimento intelectual durante a vida escolar, no colegial, ao ser ministrada uma disciplina que, de repente, os incorpore, cria o conflito interno e subjetivo ao qual nos referíamos.

Além da descontinuidade do processo educacional, o conflito existencial pode surgir ou ampliar-se em decorrência dos questionamentos

próprios da fase de adolescência. A fim de auto-definir-se, o indivíduo adolescente passa a pensar sobre sua situação familiar, econômica e social. É muito comum ele encontrar as suas possibilidades restringidas e rebelar-se contra as instituições familiar e escolar como forma de autoafirmação. Nesse aspecto, a Psicologia pode fornecer o embasamento teórico para que eles compreendam a si mesmos e a sociedade em que vivem. A adolescência também se caracteriza pelas primeiras preocupações com o futuro profissional e pelas pressões que o meio exerce a fim de que o indivíduo tome uma decisão. Nesse sentido, o adolescente que passa por um trabalho de desalienação em relação a si, aos outros, e ao mundo, tem melhores condições de escolher de forma consciente e responsável.

Ressaltamos também que os conteúdos defendidos por esta pesquisa como parte do corpo teórico das aulas de Psicologia, podem gerar uma certa angústia e insatisfação nos alunos, fato que torna relevante a participação deles para que possam exprimir seus sentimentos e pensamentos em sala-de-aula. É a partir do conflito existencial desencadeado pelos temas estudados que os alunos sentem a necessidade de compartilhar os problemas sociais que os atingem. Agindo dessa forma, eles constroem o próprio conhecimento e desenvolvem a consciência de classe, que os impulsiona a participar da vida social, sendo esta participação, sem dúvida, uma das finalidades do ensino da Psicologia. Nesse sentido, a crise existencial é uma etapa útil a ser alcançada através do conflito gerado pela reflexão sobre os temas centrais da unidade de ensino pesquisada, porque ela permite o desenvolvimento da própria responsabilidade num processo de mudança. Contudo, nem todos os indivíduos chegam a viver esse conflito.

Finalizando, esclarecemos que o corpo teórico da Proposta Curricular de Psicologia para o 2º grau, resumido em temas centrais - a ideologia dominante, a alienação e a construção da identidade - são essenciais para que os indivíduos desenvolvam a consciência crítica, que se concretiza através da democratização qualitativa do ensino, para a qual é imprescindível a participação ativa dos alunos no processo de construção do saber. Contudo, o objetivo de formar o cidadão consciente e participativo será alcançado, não apenas pelo fato de os alunos aprenderem a criticar a própria realidade durante as aulas, mas sim, na medida em que, cientes de seus limites objetivos, eles se responsabilizem pela construção de um mundo melhor, mais humano, onde possam exercer seus papéis históricos intencionalmente. Fazer escolhas sobre a forma de participação social, dentro das possibilidades de suas condições concretas, significa um primeiro passo a fim de que eles se reconheçam na própria história, como sujeitos capazes de transformá-la.

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.

ABSTRACT

The disalienation process in school.

This article is about contents related to Psychology teaching practice in the public schools, prepared from a report on an educational research project whose aim was to improve the social conditions of learning. The research is based on the Dialectical Materialism and searches to critically analyzing the ideologies that determine the teacher - students relation. The article's main objective is to develop in readers the critical consciousness about the social system, pointing out to the importance of disalienation at school. It intends to show that the real conditions of the public teaching can contribute to mantain such reality or to transform it by the democratization of knowledge and its consequent influence on the development of the society.

The paper's conclusions are based on the Existential Humanist perspective in order to avoid a critical reproductive practice because, in this theory, as the individual develops a critical consciousness, he becomes able to choose his project of life, being responsible for his historical role in the sense of promoting better existence conditions by means of his concrete actions in the world.

Key Words: Psychology teaching, critical consciousness, disalienation in school, historical subject, social transformation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASBAUM, Leoncio. *Alienação e Humanismo*. 4. ed. São Paulo: Global, 1981.
- CODO, Wanderley. *O que é Alienação*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LANE, Silvia T. M., CODO, Wanderley (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LANE, Silvia T. M., SAWAIA, Bader Burihan (Orgs.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- PENHA, João da. *O que é Existencialismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RAGONEZI, Marisa E. M. Meira. *Os Desafios do Processo de Democratização Educacional*. Bauru: Departamento de Psicologia/Unesp, 1993. Mimeografado.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Propostas Curriculares de Psicologia e Psicologia da Educação para os cursos de habilitação específica para o magistério*. São Paulo: SE/CENP, 1990.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta Curricular de Psicologia para o ensino de 2º grau*. 2. ed. São Paulo: SE/CENP, 1992.

SARTRE, J. P. *Questão de Método*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

SARTRE, J.P. *O Existencialismo é um Humanismo / A Imaginação / Questão de Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SILVA, Sonia A. Ignácio. *Filosofia Moderna: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1992.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é Ideologia*. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. 6ª região. Sindicato de Psicólogos do Estado de São Paulo. *Psicologia no Ensino de 2º grau: uma proposta emancipadora*. São Paulo: Edicon, 1990.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

KONDER, Leandro. *O que é Dialética*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *O Professor e o Combate à Alienação Imposta*. São Paulo: Cortez, 1989.

MARQUES, Maria Rosa A., DAIBEM, Ana Maria L. O processo de desalienação na escola. *Mimesis*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 127-142, 1997.